



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação geográfica: referencial de orientação ao processo educativo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação geográfica: referencial de orientação ao processo educativo / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-540-2

DOI 10.22533/at.ed.402202810

1. Educação geográfica. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Educação Geográfica: referencial de orientação ao processo educativo” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de dez capítulos de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de diferentes instituições brasileiras e chilena.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação inicial e continuada de professores. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater a ciência geográfica e algumas propostas que possam convergir para a construção de uma Educação Geográfica crítica, comprometida e propositiva para derrubar muros, cercas e fronteiras.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes ao Ensino de Geografia, Ciberespaço, Educação Profissional, Políticas públicas, Política Externa, Formação Científico-Humanista, Expansão urbana, impactos ambientais, preservação urbana, mobilidade urbana, Geografia Literária, Geografia Política e o acesso à saúde nos assentamentos rurais. Tais temas são essenciais para construção de uma Educação Geográfica que fomente à cidadania e transformação social e territorial.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da educação geográfica transformando as realidades, ensinando com criticidade, derrubando as barreiras com coerência metodológica e, sobretudo, estabelecendo diálogos e pontes para um novo presente-futuro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, TECNOLOGIA E CIBERESPAÇO: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

Lânderson Antória Barros

Dione Dutra Lihtnov

DOI 10.22533/at.ed.4022028101

CAPÍTULO 2..... 11

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Juliana Lopes Lelis de Moraes

Nelba Azevedo Penna

DOI 10.22533/at.ed.4022028102

CAPÍTULO 3..... 20

ESTUDIO ACERCA DE FACTORES DETERMINANTES EN LA ELECCIÓN DE UN PLAN DIFERENCIADO EN ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA DE DOS COLEGIOS CHILENOS

Angélica Aurora Corrales Huenul

Loreto Inés Caro Concha

Cristian Andrés Espinoza Fuenzalida

Boris Alexander Espinoza Peña

DOI 10.22533/at.ed.4022028103

CAPÍTULO 4..... 30

EXPANSÃO URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS: CARACTERIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2018 NO VETOR DE CRESCIMENTO SUDOESTE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP - BRASIL

Mônica Kurak Lombardi

Roberto Braga

DOI 10.22533/at.ed.4022028104

CAPÍTULO 5..... 44

A DINÂMICA DA MATERIALIDADE/IMATERIALIDADE NO DICOTÔMICO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO URBANA

Jussara Martins Rodrigues

João Donizete Lima

DOI 10.22533/at.ed.4022028105

CAPÍTULO 6..... 53

DIAGNOSTICAR PARA PLANEJAR: ÁREAS VERDES INTRA-URBANAS DEGRADADAS, O EXEMPLO DA SERRA DA MISERICÓRDIA

Patricia Luana Costa Araújo

Felipe Gonçalves Amaral

Rita Maria Cupertino Bastos

Camilla Bandeira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4022028106

CAPÍTULO 7..... 64

O CONTORNO MESTRE ÁLVARO: ALTERNATIVA AO FLUXO VIÁRIO DA BR-101 NORTE NO MUNICÍPIO DE SERRA (ES)

Álvaro Luiz de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4022028107

CAPÍTULO 8..... 85

A IDENTIDADE E O LUGAR NA OBRA DE JORGE AMADO: A GEOGRAFIA LITERÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Rita de Cássia Evangelista dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4022028108

CAPÍTULO 9..... 94

DEFESA DO ESTADO BRASILEIRO E LIMITES DA ATUAL POLÍTICA EXTERNA

Rosivania Santos de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.4022028109

CAPÍTULO 10..... 109

SAÚDE, ACESSO E ACESSIBILIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DA VIDA DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL

Alex Sandro Vergino Lima

DOI 10.22533/at.ed.40220281010

SOBRE O ORGANIZADOR..... 120

ÍNDICE REMISSIVO..... 121

SAÚDE, ACESSO E ACESSIBILIDADE NA (RE) PRODUÇÃO DA VIDA DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL

Data de aceite: 01/10/2020

Alex Sandro Vergino Lima

Universidade Federal da Grande Dourados
(2019 - 2020).

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo entender as especificidades do território e as relações intrínsecas ao acesso a saúde no Assentamento Itamarati – Ponta Porã – MS. Buscamos uma maior compreensão da realidade diária dos sujeitos que necessitam utilizar o serviço público de saúde, em um território constituído por um Projeto de Reforma Agrária. Destaca-se que a Reforma Agrária se apresenta como um importante instrumento de promoção social que visa a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, assim como a manutenção destes nas propriedades, através da promoção de uma política de seguridade. Buscamos nesse trabalho a correlação da saúde às categorias geográficas, assim, entendendo saúde como um processo amplo que pauta não apenas o caráter “locacional” das patologias, mas, sim, processos dinâmicos correlacionados numa análise socioespacial, ou seja, o acesso e acessibilidade aos serviços de saúde enquanto produção e reprodução da vida e fortalecimento da própria Reforma Agrária. Nessa perspectiva o escopo do presente trabalho dar-se-á principalmente para entendermos a quantidade/qualidade da oferta dos serviços de saúde existentes no Assentamento Itamarati, pois o acesso e a

acessibilidade à saúde auferem nas condições de vida das pessoas. Através da análise do território buscamos entender a materialidade do acesso que só se faz concreta se for antecedida pela acessibilidade a esses serviços. Enquanto procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa qualitativa como orientação para elaboração de questionário semi-estruturados. A aplicação deste foi destinada a um número pequeno de sujeitos, separados por perfis que representam as diferentes realidades de acesso do recorte.

PALAVRAS - CHAVE: Acesso a saúde; Assentamento Itamarati; Fronteiras(s)

ABSTRACT: This article aims to understand the specificities of the territory and the intrinsic relations to access to health in the Itamarati Settlement - Ponta Porã - MS. We seek a greater understanding of the daily reality of the subjects who need to use the public health service, in a territory constituted by an Agrarian Reform Project. It is noteworthy that Agrarian Reform presents itself as an important instrument of social promotion that aims to improve the quality of life of the subjects, as well as their maintenance on the properties, through the promotion of a security policy. In this work, we seek to correlate health to geographic categories, thus understanding health as a broad process that guides not only the “locational” character of pathologies, but, rather, dynamic processes correlated in a socio-spatial analysis, that is, access and accessibility to health services as production and reproduction of life and strengthening of Agrarian Reform itself. In this perspective, the scope of the present work

will be mainly to understand the quantity / quality of the offer of health services existing in the Itamarati Settlement, since access and accessibility to health benefit in people's living conditions. Through the analysis of the territory we seek to understand the materiality of access that is only made concrete if preceded by the accessibility to these services. As methodological procedures, we use qualitative research as a guide for preparing a semi-structured questionnaire. The application of this was intended for a small number of subjects, separated by profiles that represent the different access realities of the clipping.

KEYWORDS: Access to health; Itamarati Settlement; Frontiers (s)

1 | INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária aparece na História, em geral, “relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países”. Surge ainda da “necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves para sua promoção foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações”. No Brasil, “as primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária, surgiram após a Constituição Federal de 1946. Estas propostas estavam baseadas principalmente em princípios que tratavam da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade” (OLIVEIRA, 2007, p. 67-68-104).

A Reforma Agrária tal qual conhecemos hoje, é fundamentada, legislada e normatizada pelo Estado, como uma forma de reordenamento do território, embasado em uma reforma propriamente dita, pensada e executada por agentes estatais. “Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal” (OLIVEIRA, 2007. p. 68). A Reforma Agrária se apresenta também como um importante instrumento de promoção social que visa a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, assim como a manutenção destes nas propriedades através da promoção de uma política de seguridade.

Ao se materializar a Reforma Agrária propicia uma série de transformações no território que impacta diretamente na vida dos indivíduos. Em concordância com o pensamento de Milton Santos ao considerar a reciprocidade de produção e reprodução dos fixos e fluxos, o movimento de transformação do território dar-se-á na relação que os atores estabelecem ou imputam sobre (e com) os objetos. No caso específico do Assentamento, teremos as ações sobre o território estabelecidas a partir de uma série de agentes, instâncias e hierarquias diferentes, que vai, do macro ao micro. Se materializando por meio das políticas pensadas para promoção da Reforma Agrária e, por conseguinte pelas Políticas Públicas direcionadas à saúde que dará as diretrizes de funcionamento dos serviços oferecidos (macro escala de análise), ao micro, concretizadas na relação diária do usuário com o sistema de saúde.

O território pode ser entendido sobre diferentes perspectivas, porém todas convergem para as relações de poder inerentes ao domínio territorial. Contudo, entender um território de Reforma Agrária sob a ótica apenas do limite cartográfico não nos permite entender as relações e os conflitos inerentes a vida dos sujeitos Assentados, por isso nos amparamos no olhar de Milton Santos, que entende o território como território usado, este por sua vez para o autor é sinônimo do espaço geográfico, resultante da inseparabilidade de sistema de ações e sistemas de objetos, ideia que se alinha com o que nos propomos a discutir no presente estudo.

“Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS 2006, p. 39).

O que nos atravessa nessa proposta de trabalho é pensar a produção e reprodução dos territórios de forma a caracteriza-los como específicos frutos de processos distintos, coesos, mas que podem ou não estar condicionados geometricamente a uma unidade espacial. Esse olhar para o território, está implícito a ideia que propomos a discutir ao considerarmos as especificidades de um território formado a partir de um projeto de Reforma Agrária, e, assim, compreender as dinâmicas relacionadas ao acesso e acessibilidade aos serviços de saúde pelos sujeitos sociais do Assentamento Itamarati, dimensão essencial para reprodução da vida dos sujeitos assentados e parte da própria política de seguridade social.

O Assentamento está localizado em uma zona de fronteira, e o próprio representa uma fronteira “simbólica”. Realidade que nos permite debater sobre as fronteira(s) de acesso à saúde propiciada pela configuração do território e a “forma com este é usado”. A fronteira física citada, trata-se de uma fronteira seca com o Paraguai, na qual a cidade de Pedro Juan Cabalheiro exerce uma função importante na oferta de serviços privados de saúde, impactando diretamente as relações de produção e reprodução da vida.

O assentamento em questão está à cinquenta quilômetros do núcleo urbano de Ponta Porã (e da fronteira internacional), em uma área extensa (aproximadamente 50.000 h.a) abastecidas por apenas 4 unidades de saúde, desta forma pensar que a re-existência está condicionada ao direito a saúde, pública, gratuita e de qualidade, nesse território, o direito dificultado pela ausência de acesso e pela perspectiva do sistema de saúde que apesar de estar presente em uma área rural, continua formatado com o olhar para o urbano.

Enquanto procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa qualitativa pensada por MINAYO (2017) e realizamos levantamentos de dados com base em trabalho de campo. A metodologia de aplicação dos questionários semiestruturados baseou-se na utilização de perfis em extratos (grupos com semelhanças), sendo que para nossa análise trabalhamos com 12 extratos e aplicamos 36 questionários. A metodologia dos perfis por extratos foi

baseada em (PEREIRA, 2006).

2 I ASSENTAMENTO ITAMARATI

O Assentamento Itamarati (I e II) localiza-se a 22°11' de latitude Sul e 55°34' de longitude, e altitude média de 550 metros, na zona de fronteira com o Paraguai, precisamente entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Encontra-se presente na lógica de produção do Assentamento Itamarati cinco movimentos sociais (MST, CUT, FETAGRI, AMFFI e FAF). Fruto de um projeto de Reforma Agrária, desencadeado após intensas lutas pela terra no Sul do Estado do MS, o P.A Itamarati é hoje o maior assentamento rural da América Latina, isso considerando o numero de famílias assentadas nos projetos I e II e sua extensão territorial. O Projeto de Assentamento (P.A) foi implantado inicialmente em 2003 em apenas 25.508 hectares (aproximadamente 50%) de toda a área da antiga fazenda Itamarati. Essa extensão de terras antes vista como parte de um “monopólio” da soja no estado, foi dividida em pequenas parcelas beneficiando um total de 1.145 famílias filiadas a quatro movimentos sociais distintos, MST, FETAGRE, CUT e AMFFI.

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul não difere do processo histórico ocorrido em todo o país, pois significa a resistência dos pequenos trabalhadores rurais a uma formação territorial centralizada nos interesses de concentração e exploração de grandes empresas e grandes latifúndios, apoiada pelo Estado. (...) Na distribuição de lotes do Assentamento Itamarati I, a CUT, representada por 280 famílias, recebeu uma área total de 6.287 ha. O MST foi representado por 320 famílias. A Fetagri, com 395 famílias, recebeu uma área de 7.727 ha e a AMFFI, representada por 150 famílias, recebeu 4.487 há. (ALVES et al, 2013, p. 11 e 21).

A segunda etapa do projeto foi implantada no ano de 2006, que beneficiou um total de 1.692 famílias, sendo estas filiadas aos quatro movimentos citados acima somados a um novo movimento denominado Federação da Agricultura Familiar – FAF, em uma área de aproximadamente 24.619 hectares.

Seguindo as diretrizes do Sistema Agrovida, no Assentamento Itamarati II foi distribuída a proporção de 12 ha por família, sendo 2,4 ha destinados à reserva legal, onde poderiam ser desenvolvidas atividades de exploração de animais silvestres; 3,0 ha para o sítio familiar, onde as famílias desenvolvem atividades de sua vocação, e 6,6 ha para o exercício de atividades coletivas, com o objetivo de obter renda e emprego de sistema associativo que facilite a construção do sistema societário, permitindo a organização do trabalho e a distribuição de tarefas entre as famílias (ALVES et al, 2013, p. 25).

Atualmente o Assentamento não se configura com as mesmas proporções pensadas em seu projeto de implantação. A população atual do assentamento é de aproximadamente 15.867 habitantes (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 2015), compondo até mesmo um núcleo urbano que foi reconhecido e elevado a distrito pelo Projeto de Lei 02/2015 pela

câmara municipal de Ponta Porã. O recorte em questão herdou um conjunto de edificações da antiga fazenda que serviram inicialmente para implantação de diversos órgãos e instituições de assistência ao assentado, como escolas e unidades de saúde, que foram posteriormente reformados ou reconstruídos pelo poder público em pontos considerados estratégicos devido à extensão do Assentamento ao qual o distrito é fixado. Embasado na estrutura que apresenta o distrito Nova Itamarati pleiteia a possibilidade de tornar-se o 80º município do estado do Mato Grosso do Sul (CAMPO GRANDE NEWS, 2019).

3 I ESTRUTURA DAS UBS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI

O Assentamento Itamarati possui quatro Unidades Básicas de Saúde, sendo duas UBSs (Geraldo Garcia I e Anastácio Basílio Pires), e duas unidades que apesar de fixas funcionam com caráter itinerante (CUT Canaã e Geraldo Garcia II - AMFI). As unidades estão distribuídas na extensão territorial do assentamento para melhor atender as necessidades da população, principalmente diante das dificuldades de mobilidade dos assentados, considerando as distancias percorridas, as condições das estradas de terra (quase sempre precárias que tornam a chegada as UBSs quase impossíveis em dias chuvosos), ou seja, fatores presentes no cotidiano da vida dos assentados, assim como, dos moradores do Distrito Nova Itamarati.

Unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista essas áreas. Podendo ou não oferecer: SADT e Pronto atendimento 24 Horas. (CENES 2008 P. 4 tabela 01)

No quadro 1 (um) podemos observar os serviços oferecidos nas UBSs do P.A. Itamarati.

Serviços oferecidos nas UBS do P.A Itamarati
Acolhimento
Acompanhamento da gestante e do bebê (pré-natal e puericultura)
Consulta odontológica
Curativo
Dispensação de medicamentos básicos
Dispensação de preservativos e contraceptivos
Enfermagem
Exame preventivo (câncer de colo de útero)
Grupo de Educação em Saúde
Imunização (vacinação)

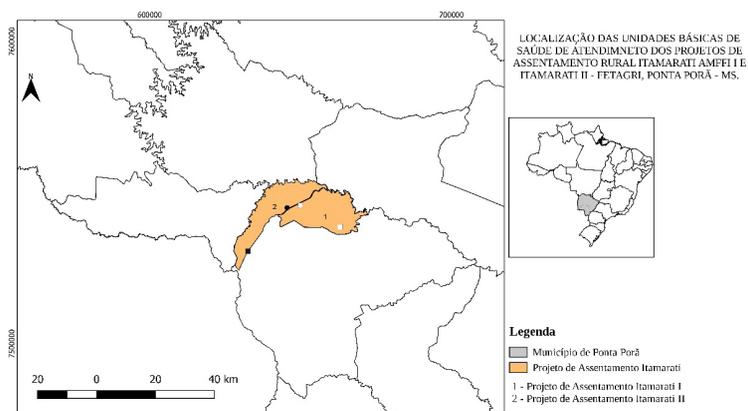
Médico
Nebulização
Planejamento
Teste de gravidez
Tratamento (acompanhamento)

Quadro 1. Serviços oferecidos nas UBSs do PA Itamarati, 2018.

Fonte: trabalho de campo, 2018. Elaboração, Lima, Alex, S.V.

As UBSs presentes no P.A. dispõem da mesma estrutura e oferta de serviços das UBS presentes nas áreas urbanas, as fronteiras de acesso aos serviços aparecem na especificidade da formação territorial de um Assentamento de Reforma Agrária com as dimensões do Assentamento Itamarati, nessa perspectiva, a dificuldade se encontra no deslocamento do usuário até as unidades de saúde ou mesmo dos agentes da ESF até o ponto de atendimento/acompanhamento em domicílio.

Observa-se as dinâmicas inerentes ao acesso no mapa e no gráfico que seguem:



Fonte: Arquivo Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2017).
IBGE, Mapeamento das Unidades Territoriais (2015).
Projeção UTM, Datum SIRGAS 2000.
Elaboração: SANTOS, S. C. P.; LIMA, A. S. V.

Mapa 2. Localização das Unidades Básicas de Saúde nos Assentamento Itamarati.

Satisfação dos usuários em relação ao atendimento recebido nas UBSs do P.A Itamarati

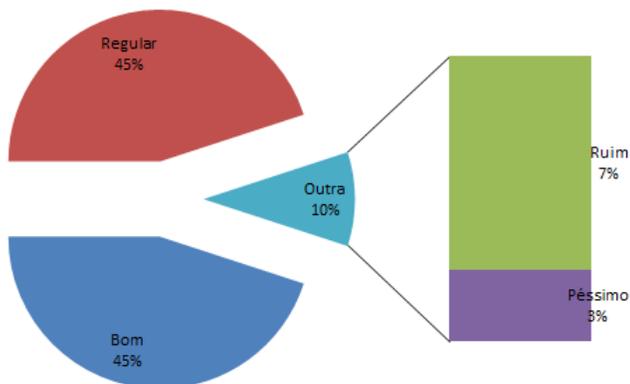


Gráfico 1. Satisfação dos usuários em relação ao atendimento recebido nas UBS do P.A Itamarati, 2018.

Fonte: Trabalho de campo 2018. Elaboração Lima, Alex S. V.

Com relação ao atendimento recebido nas UBS, ampla maioria dos entrevistados considera o atendimento bom ou regular, representando essas duas classes um total de 90% de todos os entrevistados. *“Me atendem bem”* (entrevistado do sexo masculino, 62 anos, morador cerca de 5 km de uma das UBSs); *“sempre fui bem atendido”* (entrevistado do sexo feminino, 30 anos, morador cerca de 10 km de uma das UBSs); *“sempre fui bem atendido, eles fazem o que podem”*(entrevistada do sexo feminino, 51 anos, moradora cerca de 5 km de uma das UBSs).

As entrevistas e aplicação dos questionários revelaram-nos que, na perspectiva da maioria dos sujeitos entrevistados os serviços de saúde são, sim, suficientes para o atendimento básico dos assentados, no entanto, a dificuldade de acessibilidade torna o acesso deficitário, e quando mensuramos a relação entre distância de residência e satisfação/insatisfação, chegamos a observação que nos chamou a atenção ao pensar o presente trabalho.

Segundo os entrevistados, as maiores insatisfações são relativas à falta de meios de locomoção adequado pra se acessar as unidades, principalmente, em dias de chuva (a maioria utilizam motocicletas para todo e qualquer tipo de deslocamento) e, também a insuficiente distribuição de “fichas” para atendimento. Quando questionados sobre a importância das visitas frequentes dos agentes de saúde as opiniões divergem em cada área do assentamento, mas todos sem exceção consideram sumariamente importantes as

visitas dos ACS de forma contínua.

Todavia, os residentes mais próximos às unidades de saúde ou eventualmente próximos a casa dos agentes não se queixam da frequência das visitas, afirmando estarem bem informados das campanhas e dos serviços disponíveis nas UBSs. Por outro lado, os residentes mais distantes das unidades ponderam a falta de contato com os agentes comunitário de saúde, alguns mencionaram que as visitas chegam a ficar vários meses sem acontecer.

Sobre a dificuldade das visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), entrevistada 50 anos, responsável pela administração de uma unidade de apoio, diz que:

[...] a quantidade de pessoas, que tem lá na vila por exemplo, todo mundo vem pra CUT, não tivemos como cadastrar todas as famílias lá, porque são só dois agentes de saúde que trabalham naquela vila [...] então a maioria das pessoas estão sem cobertura[...] não tem cobertura de agentes de saúde lá, só dois pra aquele tanto de população.

As dimensões territoriais do assentamento somadas à falta de estrutura das vias tornam a acessibilidade uma dificuldade inerente para quem utiliza o serviço de saúde, sendo assim, um desafio para os agentes comunitários. Desafio este potencializado em períodos com grande volume pluviométrico. Pois assim como os usuários, as motocicletas também é o principal meio de locomoção dos ACS. A relação entre satisfação com os serviços oferecidos e distância de residência das UBSs apareceram na elaboração dos gráficos e nas fotos seguintes.

Os moradores queixam-se das condições das vias de terra que utilizam para locomover-se para todas as lateralidades do assentamento, a falta de manutenção das vias às deixam cheias de buracos, provocam atoleiros que por vezes nem trator passa.



Foto 1. Moradores seguem seu destino a pé após carro ficar enguiçado no atoleiro.

Fonte: Luzia Alvarez, (2015).

Para os assentados a saúde tem a ver com o estar bem e, por conseguinte, o estar bem tem a ver com o ir e vir, ou seja, acessibilidade.

Quando questionados sobre “o que fazer caso precise de atendimento de saúde em um dia de chuva?” as respostas vieram em tons e semblantes de risos, (como se ironicamente me questionassem, você sabe...). Quando explicitado mais uma vez a importância da pergunta, as respostas chegaram dessa forma, “*morre né*” (entrevistado do sexo masculino, 67 anos, morador distante cerca de 20 Km de uma UBS); “*a gente da um jeito, pede socorro para o vizinho que tem carro, espera a chuva parar e vai a pé, no barro*” (entrevistada do sexo feminino, 52 anos, moradora cerca de 5 km da UBS); “*tem que pagar uma carro, se tem condições pra isso, se não tem... risos*” (entrevistada do sexo feminino, 52 anos, moradora distante cerca de 18 km de uma UBS); “*não tenho dificuldades, vou de carro*” (entrevistado do sexo masculino, 35 anos, morador cerca de 5 km de uma UBS); “*as estradas dificultam, se chover não sai, vira um barreiro, acontece acidentes, outro dia a mulher deslizou aqui na frente, de moto, caiu e quebrou o joelho*” (entrevistado do sexo masculino, 39 anos, morador a cerca de 10 km de uma UBS).

Relação distancia e satisfação como os serviços oferecidos no P.A

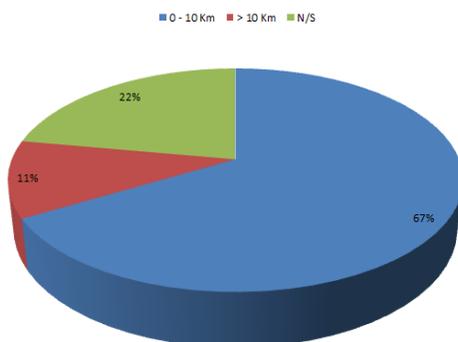


Gráfico 2. Relação distância e satisfação com os serviços oferecidos no Assentamento.

Fonte: trabalho de campo 2018; elaboração, Lima, Alex. S.V.

Ao analisar os resultados obtidos e expressos no gráfico 2, observamos que os sujeitos que consideram os serviços suficientes residem em suma maioria até 10 km de uma UBS, fato que torna o acesso aos serviços um pouco menos complicados em relação aos moradores que residem em regiões mais distantes de uma unidade básica de saúde. Dos indivíduos entrevistados e que consideram os serviços oferecidos no P.A. suficientes para atender a população 67% residem a menos de 10 Km de uma UBS, 11% residem a mais de 10 km de uma UBS, e 22% não souberam opinar em relação ao seu grau de

satisfação em relação aos serviços oferecidos. Dentre os que consideram os serviços de saúde disponíveis no P.A. satisfatórios o entrevistado diz que *“sempre fui bem atendido, consigo os remédios... sempre conseguimos atendimento, mas, uns falam que é bom outros falam que é ruim, depende...”* (entrevistado do sexo masculino, 67 anos, morador cerca de 10 km de uma UBS). Em relação aos sujeitos entrevistados que consideram os serviços disponíveis no P.A. insuficientes para atender a população, 55% residem a mais de 10 km de uma UBS, 38% residem em até 10 km de uma UBS e 7% não souberam responder se os serviços eram ou não suficientes, alegando desconhecer alguns serviços que possam ou ser oferecidos.

A relação de satisfação e insatisfação com os serviços de saúde e distância de residência das UBSs mostradas nos gráficos nos permite entender o que significa a acessibilidade nos diferentes pontos do assentamento. Quanto mais distante o sujeito estiver das UBSs, maior será a dificuldade deste ser assistido, isso devido às dificuldades inerentes ao território e as estruturas das vias de acesso que dificultam o fluxo das pessoas e das coisas dentro do assentamento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica e o tempo de funcionamento das UBSs presentes no recorte territorial está ancorada a uma leitura urbana, pois, segundo entrevistada *“não existe diferença alguma entre trabalhar aqui e trabalhar na cidade”* (Entrevistada, 30 anos, responsável pela administração de uma das UBSs). Isso dificulta a acessibilidade dos indivíduos aos serviços, uma vez que, as distâncias, as condições das vias e os meios de transportes são os principais problemas do P.A quando nos referimos a acessibilidade.

Concluimos que as fronteiras jamais deixaram de existir, pois a elas estão inerentes às diferenças e aos encontros e como salienta Raffestin ela é ao mesmo tempo material e moral, para além do que pensamos a *“fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social”* (Raffestin 2005, p. 10). Porém as fronteiras de acesso aos serviços de saúde vividas no do P.A. Itamarati, se tratadas com um olhar atento a realidade e ao território podem ser transcendidas ou amenizadas. A acessibilidade é uma questão que tange todo o acesso à saúde no assentamento e está inerente a falta de manutenção das vias de maneira que possa permitir o fluxo das pessoas e, por conseguinte o acesso dos indivíduos aos serviços de saúde.

No entanto, apesar de não haver por parte do Município/Estado um interesse em desenvolver estratégias de saúde específicas para áreas com formações territoriais tais quais as do P.A Itamarati os moradores seguem vivendo e superando suas fronteira(s), que se expressam de maneiras, formas e intensidades diferente, dependendo das condições de acessibilidade dos sujeitos sociais, mas, sempre pautada na precarização da acessibilidade e do acesso ao serviços de saúde público, gratuito e de qualidade, elemento fundamental

para a efetivação e melhorias das condições de vida em projetos de Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto. L.; BELLÉ, Maria. F.L.; SOUZA, Celso. C.. **Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 -2010**. IN: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 5 n. 9 p. 9-33, jan./jun. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: **Manual de estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde**; SAÚDE DA FAMÍLIA, Brasília: 2006, P. 14.

MINISTERIO DA SAÚDE. Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde – CNES; Brasília 2008. Disponível em: < http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/10_02_2010_9.51.16.41f407d83e652672c75ce698959edca9.pdf > Acessado em 06.11.2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. 1. Edição. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, Silva Regina. **Percursos Urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito a cidade**. Presidente Prudente 2006. Tese (doutorado - Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências e tecnologia).

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. IN: OLIVEIRA, T. C. M.. **Território sem Limites - Estudos sobre fronteiras**. Brasília. 2005.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Edição, 2. reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia pela USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrárias (NEPRA-UNIMONTES). Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia – UNIMONTES e Coordenador Institucional do PIBID/CAPES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Agroecologia, Alimentação e Saúde (2014), Gestão Ambiental (2015), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2 (2019), Geografia Agrária (2019), Questões que norteiam a Geografia (2019), Espaço agrário em questão (2019), Debates Geográficos da Realidade Brasileira (2020), Atlas da Questão Agrária Norte Mineira (2020), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso a saúde 109

Assentamento Itamarati 109, 111, 112, 113, 114, 119

B

Bacias Hidrográficas 30, 32, 34, 75

BR - 101 Norte 64, 65, 78

C

Cacau 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Ciberespaço 1, 2, 3, 4, 10

Cidade pequena 44

Colegio 20, 23, 24, 25, 26

Contorno Mestre Álvaro 64, 74, 80, 81

D

Degradação Ambiental 30, 42

Desenvolvimento 2, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 31, 34, 47, 48, 51, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 76, 82, 96, 98, 99, 104, 105, 119

Dinâmicas urbanas 44

E

Educação Geográfica 2, 1, 2, 6, 8, 9, 94

Elección Vocacional 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Enseñanza Secundaria 20

Estado 3, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 43, 63, 67, 71, 75, 78, 80, 82, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 118

Estudiantes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Expansão Urbana 30, 31, 34, 42, 82

F

Fronteiras 70, 95, 99, 109, 114, 118, 119

I

Identidade 46, 50, 51, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93

L

Lugar 4, 10, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

M

Mobilidade Urbana 8, 64, 66, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 82

N

Novas Tecnologias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9

O

Orçamento 94, 98, 99, 105, 106

P

Política de Defesa 94, 95, 97, 105, 106, 107

Política Externa 94, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 108

Políticas Públicas 11, 12, 14, 15, 19, 30, 34, 45, 48, 52, 53, 60, 62, 97, 110

Praças 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52

Prática Docente 1, 2, 6

S

Soberania 94, 96, 100, 105, 106

Sustentabilidade 12, 44, 45, 63

T

Território 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 31, 45, 52, 55, 64, 65, 66, 71, 76, 84, 94, 96, 100, 105, 109, 110, 111, 118, 119, 120

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 